



Relatório

DE EXTENSÃO LIVRE

2026.1





DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Instituição:	Faculdade Católica de Rondônia - FCR
Curso:	Direito
Disciplina:	Extensão: Direitos Humanos e Justiça
Professor(a) responsável:	Profa. Ma. Carolina Simões Correia
Discentes:	Victoria Bianca Marques Ferreira João Victor Barros Damasceno Valdelino da Costa Leite Cainan Ogliari Tagliani Poliana de Souza Gonçalves Julian Julisson Barbosa Alves Arthur Silva Costa Emilly Dos Santos Mota Yasmim Gabrieli Zaia da Costa Maria Eduarda Silva Lima Bezerra Alencar Sofia Tavora de Lima Murilo Maia Alves Almeida Rayssa dos Santos Góes Mateus Rodrigues Ferreira Rodrigo Daniel Amaral Xavier Fernando Chagas Hetzel Gustavo Soares Ruas
Título do projeto:	Direitos Humanos no Sistema Prisional de Porto Velho: 20 anos depois do Caso Urso Branco
Período de execução:	23/02/2026 a 12/06/2026
Local de execução:	Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603
Tipo de Ação de Extensão:	Relatório Final
Carga Horária:	40h
INTRODUÇÃO	
O projeto "Direitos Humanos no Sistema Prisional de Porto Velho: 20 anos depois do Caso Urso Branco" foi desenvolvido de forma livre no âmbito da disciplina Extensão: Direitos Humanos e Justiça, com a finalidade de promover o desenvolvimento de competências de empatia, escuta e avaliação de demandas relacionadas a direitos humanos no sistema prisional. A iniciativa buscou articular o conhecimento teórico abordado em sala de aula com a prática social, em parceria com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Rondônia. A parceria permitiu aos estudantes ter contato direto com a realidade do cumprimento de pena e otimizou as inspeções do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, fazendo com que fossem mais ágeis e efetivas no mapeamento da situação dos apenados da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603 em Porto Velho-RO.	
OBJETIVOS	
Objetivo geral:	Promover o contato direto dos estudantes com a defesa dos direitos humanos dos apenados da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603.





Objetivos específicos:	1. Realizar inspeção em parceria com o MEPCT-RO; 2. Colaborar com a elaboração de relatórios periódicos do MEPCT-RO; 3. Promover a defesa dos direitos humanos de presos da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603.
-------------------------------	--

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta fundamentou-se em estudos sobre os casos em que o Brasil esteve sujeito à jurisdição da CIDH quanto às condições do sistema prisional, em especial o caso Urso Branco (RESOLUÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 7 DE JULHO DE 2004), associando aos fundamentos dos direitos humanos nos princípios da dignidade humana e da fraternidade (BARZOTTO, 2010).

METODOLOGIA

Os procedimentos realizados no projeto incluíram a realização de inspeções nos dias 13, 14 e 16/04 de 2026, mediante entrevistas diretas aos internos da Penitenciária 603, servidores e funcionários. Em seguida, as entrevistas foram recolhidas em relatório unificado para fins de encaminhamento à Defensoria Pública e realização de relatórios periódicos do MEPCT-RO. As demandas foram colhidas por meio conversação onde os custodiados ficavam de um lado da quadra esportiva e nos protegidos por uma grade onde foram feitas diversas perguntas tais como Nome Completo, Nome da Mãe, Qual cela pertencia, Data de nascimento e suas principais necessidades?

Público-alvo:	internos, servidores e funcionários da Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603
----------------------	--

Recursos utilizados:	prancheta, folhas de papel, caneta, máquina fotográfica.
-----------------------------	--

CRONOGRAMA

O cronograma do projeto “Direitos Humanos no Sistema Prisional de Porto Velho: 20 anos depois do Caso Urso Branco” está distribuído entre abril e junho de 2026. Inicia com o convite feito aos alunos pelo MEPCT, inscrições e contratação de seguro, seguido pelas visitas de inspeção realizadas nos dias 13,14 e 16 de abril de 2026. Na semana dos dias 20-27 de abril houve consolidação de dados coletados nas entrevistas, entregues diretamente ao MEPCT-RO para encaminhamento à Defensoria Pública das demandas coletadas e produção de Relatórios Periódicos. Por fim, os resultados foram socializados em sala de aula com os alunos que não estavam presentes. E uma dupla de alunos, engajada pessoalmente na inspeção subsequente, Guilherme de Jesus Ferreira e Victoria Bianca Marques Ferreira, elaborou resumo para fins de publicação na Jornada Acadêmica Integrada.

Atividade	Data início	Data fim	Responsável
Planejamento inicial	16/03/2026	27/03/2026	Profa. Carolina Simões Correia
Levantamento da Fundamentação teórica	16/03/2026	27/03/2026	Poliana de Souza Gonçalves Victoria Bianca Marques Ferreira
Preparação do Projeto	30/03/2026	8/04/2026	Profa. Carolina Simões Correia
Preparação da atividade	30/03/2026	8/04/2026	Profa. Carolina Simões Correia
Execução da atividade	13/04/2023	16/04/2026	todos





Preparação do Relatório	20/04/2026	27/04/2026	todos
Entrega do Relatório	20/04/2026	27/04/2026	todos

RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto coletou demandas de todos os internos, após inspeção dos bloco A, B e C do Presídio 603, tendo sido constatado que a unidade prisional conta com 856 presos, mas tem capacidade para 651. verificou-se um cenário de superlotação, evidenciado pela presença de número de custodiados superior à capacidade das celas, inclusive com insuficiência de leitos ("jegas") e utilização de colchões em condições precárias.

Constatou-se, ainda, a permanência de indivíduos que aparentemente não se encontram no perfil adequado da unidade, sugerindo morosidade na progressão de regime ou na efetivação de transferências.

As condições de higiene e saúde foram objeto de reiteradas críticas por parte dos internos, destacando-se o acesso precário à água, inclusive durante o banho de sol, em razão de falhas estruturais não reparadas, bem como a qualidade inadequada da água destinada ao consumo. Ademais, foram relatadas dificuldades no acesso ao atendimento médico e à assistência social, com demora significativa e ausência de medicamentos, inclusive em demandas básicas.

No que se refere à alimentação, diversos custodiados relataram fornecimento de refeições em condições inadequadas, com episódios de alimentos deteriorados, o que teria ocasionado problemas gastrointestinais. A ambiência térmica também se mostrou inadequada, diante de falhas no funcionamento de ventiladores, agravando o desconforto em ambiente já superlotado.

Foram igualmente identificadas restrições no acesso a atividades educacionais e laborais, bem como dificuldades no efetivo comparecimento à escola por parte de internos matriculados. Relatos de tratamento desrespeitoso a visitantes e alegações de uso excessivo da força por agentes também foram registrados.

As demandas coletivas evidenciam um quadro de comprometimento das condições mínimas de dignidade no ambiente prisional, especialmente em razão da superlotação estrutural e da insuficiência de serviços essenciais. A deficiência no atendimento à saúde, aliada à precariedade na alimentação e à limitação de acesso à água e à higiene, aponta para possíveis violações a direitos fundamentais.

Observa-se, ainda, fragilidade no acesso à assistência jurídica, notadamente à Defensoria Pública, o que compromete o exercício do direito de defesa e o adequado acompanhamento da execução penal. A restrição ao acesso à educação e ao trabalho também impacta negativamente a finalidade ressocializadora da pena, prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda, foram coletadas demandas individuais dos internos, servidores e funcionários.

AValiação E Impactos

A avaliação geral do projeto revelou impactos positivos tanto para a atividade própria do MEPCT-RO, com otimização das inspeções do ente fundado decisão da CIDH recomendando a criação do Mecanismo institucional de prevenção e combate à tortura, com visitas periódicas aos presídios do Estado. Destacou-se a integração entre teoria e prática, assim como o comprometimento dos alunos durante as atividades, tendo os estudantes manifestado entusiasmo pela defesa dos direitos humanos. Como sugestão para futuras edições, prevê-se a possibilidade de estabelecimento de colaboração institucional periódica com o MEPCT-RO e Núcleo de Prática Jurídica Stênio Castiel Gualberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A experiência reforçou a importância da extensão universitária como espaço de troca de saberes e transformação social. Considerando os resultados alcançados e a adesão dos estudantes, pretende-se fazer da ação uma colaboração contínua entre FCR e MEPCT-RO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 12.847, de 2 de agosto de 2013. Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Brasília: Presidência da República, 2013.

BRASIL. Decreto n.º 6.085, de 19 de abril de 2007. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Brasília: Presidência da República, 2007.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/prevencao-e-combate-a-tortura/comites-e-mecanismos-estaduais-de-prevencao-e-combate-a-tortura>. Acesso em: 15 jun. 2026.

RELATÓRIO Nº 81/06[1] PETIÇÃO 394-02 ADMISSIBILIDADE INTERNOS PRESÍDIO URSO BRANCO, RONDÔNIA BRASIL 21 de outubro de 2006.

ONU. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – OPCAT. Nova York: ONU, 2002.

ANEXOS

Abaixo encontram-se imagens registradas durante as atividades desenvolvidas no projeto “Direitos Humanos no Sistema Prisional de Porto Velho: 20 anos depois do Caso Urso Branco”. As fotos ilustram momentos de ingresso no Presídio e as fotos tiradas internamente ao presídio são protegidas por direito de imagem e integrarão relatório da própria instituição.













CERTIFICADO

Documento: Inspeções Presídio 603 Relatório de Extensão Livre 2026.1 (1).docx (1).pdf
(1BCBB0043DF)

Certificado de assinatura gerado em **21/08/2026, 16:08**.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://app.meuping.io/authenticate>
informando o código verificador **1BCBB0043DF** e o código CRC **25C2FDAE**.



ASSINATURAS



Carolina Simões Correia, Coordenador(a), 21/08/26 às 16:08

CPF 034.***.***-62, **IP** 162.158.152.161, autenticação por usuário e senha